

De diferenças e hierarquias no quadro *Adelaide* às análises situadas e críticas na Linguística Aplicada
From differences and hierarchies in the TV sketch Adelaide to situated and critical analysis in Applied Linguistics

Joana Plaza PINTO (UFG)*

RESUMO

Fundamentada na análise de uma situação comunicativa, o quadro humorístico Adelaide do programa de TV Zorra Total e seu contexto crítico, exponho como tenho enfrentado o desafio de integrar diversos aspectos da linguagem nas análises, expandir a esfera das atividades de pesquisa e orientar as pesquisas para aspectos linguísticos dos assuntos humanos. Para isso, apresento a contextualização da pesquisa que me levou a selecionar esse quadro humorístico como material empírico e a análise do quadro e seu contexto crítico. Em seguida, apresento o repertório posicionado que guiou meu percurso na forma do que considero como dois avanços principais já adotados pelo campo aplicado, para finalmente articular as consequências desse repertório contextualizado para uma posição epistemológica que assumo e compartilho com outras pesquisadoras e outros pesquisadores da Linguística Aplicada.

Palavras-chave: *problema de pesquisa; conhecimento situado; metapragmática; diferença; hierarquia.*

*. Professora Associada da Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO. Bolsista PQ/CNPq. Email: joplazapinto@ufg.br. Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro à pesquisa (Chamada Universal 14/2013, Processo 473822/2013-0).

ABSTRACT

Based on my analysis of a communicative situation, the TV sketch comedy Adelaide broadcasted in TV show Zorra Total, and its critical context, I present how I have faced the challenge of integrating various aspects of language in analysis, expanding the sphere of research activities and guiding the researches to linguistic aspects of human affairs. In order to accomplish that, I present the contextualization of my research which has led me to select this TV sketch comedy as empirical data and I analyze this material and its critical context. Then I present the situated repertoire that guided me: two major advances that have been adopted by the applied field. Finally, I articulate the consequences of this situated repertoire to an epistemological position that I take and share with other researchers in Applied Linguistics.

Key-words: *situated knowledge; research problem; metapragmatics; difference; hierarchy.*

Como, onde e por que as epistemologias linguísticas não são o limite para as nossas pesquisas? Pessoalmente, considero que esta pergunta já estava respondida muito antes de eu mesma me tornar uma pesquisadora (só para mencionar exemplos: Harris 1981; Cameron et al 1992; 1993). Apesar disso, a pergunta continuou a ser respondida bem depois (também alguns exemplos: Signorini 1998; Moita Lopes 2006; Silva & Rajagopalan 2004). Isso pode ser um sintoma de que as respostas têm sido insatisfatórias ou ambíguas. Ou desafiadoras.

Minha posição é que a demanda contínua por respostas a essa pergunta – em si mesma complexa – tem a ver com certos desafios reflexivos a que o campo aplicado nos impele (Cavalcanti 2006). Signorini (2002: 122) sintetizou esse desafio há mais de dez anos:

Do ponto de vista metodológico, esse enfoque vai exigir do analista a articulação e o refinamento de instrumentos de análise conversacional e contextual etnográfica com vistas à identificação e análise dos processos e convenções de (re)contextualização de materiais linguísticos e paralinguísticos relevantes na interação. Isso porque o estudo de aspectos fonológicos, sintáticos e semânticos das frases e expressões efetivamente produzidas pelos falantes na interação é uma condição necessária mas não suficiente para a abordagem de tais processos e convenções, notadamente quando se quer estar atento para a alternân-

cia, mistura e fusão de formas e seus efeitos na produção de sentidos para os falantes na situação focalizada.

As perguntas se desdobram: que instrumentos para responder às questões que nos colocamos? A que processos e efeitos devemos ficar atentas/os na busca por responder a questões do campo? A que elementos do processo e a que tipos de efeitos? Como pergunta Pratt (2013: 441), o que se “*quer* ver ou *quer* ver primeiro”¹?

Neste artigo, gostaria de expor como tenho enfrentado esse desafio a partir do percurso de análise de uma situação comunicativa, o quadro humorístico *Adelaide* do programa de TV *Zorra Total* e seu contexto crítico, um caso analisado no contexto da pesquisa que empreendo atualmente, que se articula com a ideia que exponho sobre como tenho enfrentado o desafio de integrar diversos aspectos da linguagem nas análises, expandir a esfera das atividades de pesquisa e orientar as pesquisas para aspectos linguísticos dos assuntos humanos. Para isso, apresento a contextualização da pesquisa que me levou a selecionar esse quadro humorístico como um dos materiais empíricos e em seguida a análise propriamente do quadro e de seu contexto crítico (Blommaert 2008). Por fim, apresento o repertório posicionado que guiou meu percurso na forma do que considero como dois avanços principais já adotados pelo campo aplicado, para finalmente articular as consequências desse repertório contextualizado para uma posição epistemológica que assumo e compartilho com outras pesquisadoras e outros pesquisadores da Linguística Aplicada.

Contextualização da pesquisa

O percurso da pesquisa pode ter seu início localizado nos desdobramentos dos meus estudos doutorais, finalizados em 2002, sobre a conexão entre atos de fala, corpo e identidade, seguidos por um aprofundamento das questões teóricas envolvidas nessa conexão (Pinto 2007, 2009). Conforme as questões foram sendo abordadas, problemas contemporâneos, como a colonialidade do poder/saber, a globalização, as mudanças nos arranjos sociais, culturais e políticos (Pinto 2008,

1. Ênfase no original.

2012) e impactos nas concepções modernas de língua e corpo (Pinto 2011), foram ganhando espaço.

Esse percurso me levou a me preocupar com as articulações entre as diferenciações dos corpos, os regimes metadiscursivos sobre as línguas e os recursos metapragmáticos associados. Makoni e Pennycook (2007) estabelecem uma posição crítica aos regimes metadiscursivos como conjuntos de discursos e dispositivos epistemológicos da tradição colonial europeia, que organizou e inventou performativamente, com sua “atitude de descoberta” a sua história e a história dos povos que foram colonizados. Essa tradição mapeou o mundo em categorias que incluem nomes de grupos, nomes de línguas e tudo que poderia ser descrito. Esses esquemas metadiscursivos se juntaram ao projeto europeu de vigilância e governança do mundo e dos corpos que o habitam.

Os corpos são invisíveis ou ativamente invisibilizados nas descrições, classificações e afirmações linguísticas, embora ocupem um papel central na construção e classificação das línguas nos contextos coloniais. Por exemplo, Degraff (2005: 533) argumenta que não é coincidência que as línguas faladas pelos ex-escravos africanos nas ex-colônias sejam classificadas como “uma excepcional classe em filogenética”, com “implicações não-linguísticas (por exemplo, sociológica), tais como a alegação de que as línguas crioulas são ‘aleijadas’ para os seus falantes”. As práticas linguísticas dos corpos de ex-escravos negros perdem seu status de língua em classificações linguísticas, mas os corpos que sustentaram esse status de “quase-língua” (os corpos crioulos) desaparecem das discussões, deixando visíveis apenas os argumentos chamados de “linguísticos” ou “estruturais”.

A pergunta principal da pesquisa é, então, uma pergunta dupla: como os marcadores utilizados nas diferenciações de corpos aplicam-se a regimes metadiscursivos e metapragmáticos (concepções de línguas e de práticas linguísticas), e como tais regimes constituem marcadores de corpos desiguais que agem performativamente para o acesso ou a interdição a direitos (linguísticos, educacionais, econômicos, políticos etc.)?

Tenho feito essa pergunta direcionada predominantemente para a produção textual sobre e para os contextos migratórios nacionais e transnacionais, pois a mobilidade é um fator de tensão nas hierarquias

corporais e linguísticas pré-estabelecidas pelo modelo romântico de língua (Errington 2001; Harris 1981; Makoni & Pennycook 2007; Mignolo 2003) e também pelo modelo modernista de governança dos corpos (Anzaldúa 1999; Foucault 1979; Povinelli 2006).

Quando analiso o material empírico diversificado e heterogêneo selecionado (documentos de diferentes instâncias governamentais, produções multimodais de mídias comerciais e não comerciais sobre e para o tema, legislação sobre migração transnacional e mobilidade interna nacional, entre outros), a abordagem perpassa aspectos tradicionalmente qualificados como “linguísticos”, mas não se limita a estes, pois esse limite produziria uma análise não apenas parcial – o que não seria em si mesma um problema – mas seriamente equivocada.

Análise do quadro *Adelaide*

Vou apresentar a análise de um quadro humorístico sobre a interação de corpos literalmente em movimento no contexto brasileiro, especificamente carioca. Mais especificamente, trata-se de um quadro da *Adelaide* (Imagem 1), uma personagem do programa da TV Globo *Zorra Total*, que é transmitido aos sábados às 22h. Adelaide, performada pelo ator Rodrigo Sant’Anna, compôs o programa em 2012 e em parte de 2013, tendo mantido apenas um ano completo de produção de seus quadros.

Em 30 de junho de 2014, enquanto eu trabalhava na escrita deste texto, tive notícia de que o próprio programa *Zorra Total* seria reformulado. O criador e diretor do programa foi afastado, segundo o site da Globo, porque o programa é “criticado dentro da própria emissora pela qualidade de suas piadas de apelo popular” e “tem boa audiência, porém a repercussão é negativa”².

Esse foi o elemento que me chamou a atenção para o quadro da *Adelaide*: assim como o programa do qual fazia parte, ela era uma personagem muito criticada e ao mesmo tempo referenciada pelo gosto popular (popular nas redes sociais e blogs, nas referências ao

2. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/noticia.php?c=372292&e=34>>. Acesso em 1º jul. 2014.

seu bordão etc.). Essa personagem obrigou a emissora a responder na justiça a processos tanto individuais quanto coletivos. Hoje podemos afirmar que ela surge num momento polêmico e desaparece neste mesmo momento, pelo contraditório de suas funções.



Imagem 1

Adelaide no metrô

Foto de divulgação da personagem, disponível em diferentes notícias no site da TV Globo

A personagem é usada para explorar estereótipos linguísticos que projetam uma oposição de classe, incorporada sempre por esta mulher negra (Imagem 1) e outra pessoa branca, num metrô em movimento. Os quadros são compostos basicamente de quatro momentos: 1) Adelaide circula no metrô pedindo esmola (“50centarru”, o valor que ela sempre pede, é também o nome de um canal do Youtube especializado em postar episódios da personagem); 2) Adelaide interage com uma pessoa branca (homem ou mulher) caracterizada por vestimentas e gestos cuidadosos que comporiam parte do que Bourdieu (1979) identificou como o chique na “distinção” de classe, e essa pessoa se dispõe a dar a esmola; 3) a pessoa que interage descobre, pelo que é dito pela própria Adelaide, que ela quer a esmola para comprar uma coisa cara (em oposição a itens de primeira necessidade, como comida, que justificariam a esmola) e se nega a dar a esmola; 4) Adelaide desdenha da esmola e pergunta se pobre não pode ter “X” (item caro que seria comprado com a esmola), fechando com dois bordões, “Nojento!” e “É a cara da riqueza”.

O metrô está em movimento, tanto a pessoa que interage com Adelaide quanto as/os figurantes diferentes a cada quadro entram e saem durante a cena conforme o metrô se desloca, ou seja, a mobilidade é central na configuração do cenário; somente Adelaide permanece. Essa permanência e fixação da conexão entre certos corpos e certas performances linguísticas num cenário nacional em mudança é a metáfora mais evidente para sintetizar a personagem.

Num quadro transmitido no programa em seis de outubro de 2012³, que apresento aqui como material primário, podemos assistir a uma projeção sintética e acrítica da distribuição interseccionada de valores interacionais no Brasil. Essas interseções são impossíveis de serem explicadas utilizando unicamente um conjunto de conhecimentos linguísticos, pois os valores interacionais em jogo, as metapragmáticas que projetam o sentido e direcionam a interpretação dos usos linguísticos em jogo (Signorini 2008; Silverstein 1993; 2003), acionam uma complexidade de marcadores de diferença que não funcionam separadamente, mas de forma articulada (Brah 2006; Brah & Phoenix 2004; Piscitelli 2008).

Brah (2006: 353) argumenta que “a articulação não é a simples combinação de duas ou mais entidades discretas”, como gênero, raça, sexualidade ou classe, mas sim configurações relacionais transformadoras. Interseccionalidade requer um foco em um determinado contexto e não fazer suposições sobre sua permanência ou estabilidade ao longo do tempo e do espaço. Como Brah e Phoenix (2004: 76) resumem:

Nós consideramos o conceito de “interseccionalidade” como significando os efeitos complexos, irreduzíveis, variados e variáveis que decorrem quando eixos múltiplos de diferenciação – econômica, política, cultural, psíquica, subjetiva e experiencial – cruzam-se em contextos historicamente específicos. O conceito enfatiza que diferentes dimensões da vida social não podem ser separadas em fios discretos e puros.⁴

3. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Szlpkpm-wU8>>. Acesso em: 1º jul. 2014.

4. “We regard the concept of ‘intersectionality’ as signifying the complex, irreducible, varied, and variable effects which ensue when multiple axis of differentiation – economic, political, cultural, psychic, subjective and experiential – intersect in historically specific contexts. The concept emphasizes that different dimensions of social life cannot be separated out into discrete and pure strands.”

Adelaide “incorpora” ícones metapragmáticos de diferentes e hierarquizadas práticas linguísticas, por exemplo, o alteamento da vogal média em posição nasal: “cum ricença”; a lateral alveolar vozeada /l/ em disputa de posições com a vibrante /r/: “ricença”; a estrutura silábica CCV (Consoante Vogal Consoante) em disputa de posição com a estrutura CV (Consoante Vogal): “compá”; a pronúncia variada (às vezes incompleta, às vezes com substituições) de empréstimos do inglês; entre outros. Esses elementos linguísticos são ícones metapragmáticos que, no Brasil, sendo ideologicamente saturados no sentido de Silverstein (2003)⁵, modelam a interpretação desse corpo que fala como “sem escolarização” e “pobre”.

Mas é óbvio que o quadro da personagem *Adelaide* não constituiu essa projeção metapragmática apenas usando esses recursos e não podemos reduzir de forma alguma a avaliação da língua em uso nesse caso como apenas uma exploração dos nossos “preconceitos linguísticos”. E o fato de que a cena não utiliza apenas recursos linguísticos para projetar o lugar social da personagem, sua ordenação indexical (Silverstein 2003), é fundamental porque remete a outros aspectos da cena que acontecem de maneira articulada, ou seja, ao mesmo tempo e com efeitos sobrepostos e não efeitos somados lado a lado.

Esses efeitos sobrepostos dão como resultado não uma ideia simplificadora de que a Adelaide é uma representação de uma pessoa sem escolaridade e pobre na sociedade brasileira. Mas encerra a sua performance na história da representação da mulher negra na socie-

5. Silverstein (2003: 196) afirma que “a função metapragmática, e, portanto, sua expressão explícita, discursiva no discurso metapragmático, é ideologicamente saturada; relaciona-se e, no seu modo discursivo descreve, explica ou racionaliza a pragmática do uso linguístico (por ex., em termos como ‘adequação-ao-contexto’ e ‘efetividade-no-contexto’) em termos de enquadramentos talvez mais fundamentais, agenda cultural que evidencia interesses humanos pegos em processos socioinstitucionais”. O autor defende, portanto, que determinadas expressões metapragmáticas são saturadas de efeitos de processos sócio-institucionais. Eu acrescentaria aqui também efeitos de processos históricos.

No original: “metapragmatic function, and hence more particularly its explicit, discursive expression in metapragmatic discourse, is ideologically saturated; it relates and, in its discursive mode even describes, explains, or rationalizes the pragmatics of language use (e.g., in terms like “appropriateness-to-context” and “effectiveness-in-context”) in terms of perhaps more fundamental frameworks, cultural agenda that bespeak human interests perspectively caught up in social-institutional processes.”

De diferenças e hierarquias no quadro *Adelaide* ...

dade brasileira, articulando índices do presente, do passado recente e do passado colonial e índices de continuidade das representações de performances linguísticas e corporais racializadas e generificadas no contexto nacional.

Vou apenas apontar rapidamente tais índices, complexos em suas composições de diferentes tipos e parcialmente explorados em outro artigo (Pinto, *no prelo*), de forma a sustentar o que afirmei. Primeiro, remetendo a um passado recente, um grupo de índices remete a Tião Macalé (Imagem 2), humorista brasileiro bastante conhecido na década de 1980 por sua participação no programa também da TV Globo *Os Trapalhões*. Os índices centrais são seu “corpo negro”, as referências explícitas nas performances ao bordão de Macalé (“Nojento!”), o sorriso desdentado e a face congelada numa expressão de mistura de sofrimento e de riso. Além disso, há uma continuidade entre a quebra de expectativa da esmola de Adelaide e o lugar do negro como “o palhaço que se estrepa” para todos rirem que Tião Macalé performava em *Os Trapalhões*.



Imagem 2
Tião Macalé
Capa do álbum “Arriá do Nojento” (1989)

Nesse ponto, é importante observar que esse primeiro conjunto de índices nos remete também ao gênero discursivo em questão⁶. Apesar de o quadro compor um programa humorístico de TV e eventualmente, em função desse fato empírico, ser caracterizado dentro desse gênero discursivo, pode-se perceber facilmente que sua intertextualidade mais marcada remonta a aspectos de quase dois séculos de performances do que ficou conhecido como *blackface minstrelsy* (“menestréis cara-preta”). Desde as primeiras décadas do século XIX, nos Estados Unidos da América, atores predominantemente brancos (mas às vezes também grupos de atores negros) e músicos de ascendência britânica, retratavam personagens negros (e às vezes negras, vestindo-se também de mulheres) nos palcos de teatro e de música popular. Apesar dos desaparecimentos sazonais, esse tipo de performance manteve uma presença na cultura popular norte-americana, especialmente no Vaudeville, até o século XX em novas mídias tais como cinema e rádio (cf. Bean, Hatch & Mcnamara 1996). O que caracterizava esse gênero discursivo pode ser identificado em partes centrais das performances de Tião Macalé e de Adelaide: a expressão facial é central como recurso semiótico (maquiada, afetada, exagerada, estereotipada, tendo a boca – lábios e dentes – como caracteres de destaque na construção do estereótipo), o “dialeto negro” estereotipado é invocado metapragmaticamente para indiciar a posição social da personagem, o efeito cômico da performance é frequentemente associado à encenação de uma humilhação da personagem negra.

Segundo, outro grupo de índices remete a um passado um pouco anterior à década de 1980. Trata-se de índices que apontam para *Tia Nastácia* (Imagem 3), personagem de Monteiro Lobato. Novamente, o “corpo negro” aparece em primeiro plano, o vestido floral com gola visível em cor diferente e cabelo preso, a projeção de uma “falta de escolaridade” e conhecimento de “saberes populares, credices” associadas à “fala popular”, como descrito na obra de Monteiro Lobato (cf. Castilho 2004; Lajolo 1999), o sorriso aberto e serviçal. Há ainda uma associação entre a corporalidade serviçal e sem escolaridade e a tradição racializada de “ser menos que gente”, como evidencia sin-

6. Agradeço à(o) parecerista cuidadosa(o) que destacou, entre outras sugestões bem-vindas, a necessidade de refletir sobre o gênero discursivo, me levando a destacar mais este aspecto que articula a continuidade dos índices racistas em *Adelaide*.

De diferenças e hierarquias no quadro *Adelaide* ...

teticamente a ilustração das obras completas de Monteiro Lobato da década de 1970 (Imagem 4).



Imagem3

Tia Nastácia sorrindo na versão da TV Globo transmitida de 2001 a 2006.
Foto publicitária disponibilizada no site do programa na TV Globo.



Imagem 4

Nesse projeto artístico, Tia Nastácia está mais próxima do porco do que dos demais seres humanos.
Ilustração de Manuel Victor Filho para a edição completa de Monteiro Lobato de 1972 (Editora Brasiliense).

Terceiro, temos que atentar para os índices que ordenam o/a interlocutor/a em oposição à Adelaide, como antagonista conversacional nos quadros da personagem. Os índices são: o “corpo branco”, que interage com Adelaide posicionando-a abaixo, olhando para ela de um ângulo superior, sua corporalidade “distinguida” por classe (roupas “na moda”, postura ereta, mãos posicionadas de determinada forma). Pode-se ver isso no exemplo do episódio de 6 de outubro de 2012 (Imagem 5).



Imagem 5

A interlocutora no episódio de 6 de outubro de 2012.
Levemente acima de Adelaide, seu olhar se direciona sempre para baixo.

Esses índices que organizam a posição do/a interlocutor/a são importantes para interpretar outro conjunto de índices, estes apontando para um passado menos recente: índices do papel central da mulher negra no racismo brasileiro. A famosa asserção da formação nacional “branca para casar, mulata para fornicar, preta para cozinhar” se atualiza nessa caricatura da mulher preta mal vestida, olhar voltado para baixo (Imagem 6). O lugar da “negra preta” como serviçal dócil da integração subordinada, que “sabe seu lugar” (Corrêa 1996; Gonzales 1984; Pinho 2004), é indiciado na paródia da ampliação das oportunidades de consumo nas partes baixas da pirâmide de renda nacional como objeto de riso (Imagem 7).

De diferenças e hierarquias no quadro *Adelaide* ...



Imagem 6
Negra preta num cartão postal de 1880



Imagem 7
Integração subordinada. No episódio de 6 de outubro de 2012, a interlocutora se indigna com as intenções de consumo de Adelaide, já que ela “não tem a menor condição de fazer uma viagem internacional”.

Adelaide combina marcas de diferença (raça, gênero, classe, escolaridade) e marcas de diferenciação linguística para produzir a continuidade da história de representação hierarquizante do corpo da mulher negra. A expressão metapragmática da cena (certos usos

linguísticos iconicizados como próprios de uma classe e um nível de escolaridade) e os índices de diferenciação racial e de gênero estão ideologicamente saturados desse passado e, por isso mesmo, projetam um futuro em que a integração subordinada precisa ser restaurada. O corpo inadequado a determinados acessos de consumo e renda precisa “saber o seu lugar”.

Mas por que a virada humorística dos episódios de Adelaide explora uma mudança nos termos da integração racial subordinada? Como pudemos perceber pelos índices apontados, não é só um passado de representações “artísticas” e “sociológicas” do corpo da mulher negra que está em jogo neste caso.

Em 2012, o Brasil enfrentava o ápice da polêmica sobre cotas raciais na votação sobre a constitucionalidade das cotas no Supremo Tribunal Federal (STF). O “pacto de silêncio” do racismo brasileiro havia sido quebrado desde o início da implementação de cotas raciais em universidades públicas, em 2002 pela primeira vez na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e afirmações racistas e anti-racistas explícitas, ao contrário da tradição do “racismo implícito” do Brasil, começaram a ficar cada vez mais comuns (Imagens 8 e 9). Isso incluiu a atuação explícita de integrantes da rede Globo, produtora e transmissora do programa *Zorra Total*, na produção de discursos anticotas, como foi o caso do livro de 2006 escrito pelo editor geral da TV Globo, Ali Kamel, *Não somos racistas*.



Imagem 8: “Negro só se for na cozinha do RU, cotas não!”

Grafite anti-cotas no muro de uma universidade pública, no Sul do Brasil, 2007 (foto do UOL).

De diferenças e hierarquias no quadro *Adelaide* ...



Imagem 9: “Lugar de Negro é na Universidade. Cotas Já”
Grafite pró-cotas no muro de uma universidade pública, no Nordeste do Brasil, 2011.
(foto de Hiran Nogueira).

A personagem *Adelaide* não apenas reanima índices de textos do passado (recente e remoto), como também modela a interpretação de textos contemporâneos aos seus, textos produzidos no contexto do conflito de estratégias de integração do corpo negro na sociedade brasileira e as consequências desse conflito para o “pacto de silêncio” da nossa “democracia racial” (D’Adesky 2006; Dahia 2008; Pinho 2006; Sales Jr. 2006).

Nesse cenário político, no exato momento em que as ideologias antirracistas ganham força com uma vitória importante (a decisão sobre a constitucionalidade das cotas pelo STF), o corpo da mulher negra é reanimado para promover mais uma vez o riso racista autopreservador (Dahia 2008). A continuidade dos sentidos atribuídos a esse corpo contrasta com o metrô supostamente em movimento nos episódios e metaforiza sinteticamente: “as coisas se movem, mas nem tudo deve se mover; certos corpos não têm condições de mobilidade e sua tentativa só pode ser parodiada”.

Ao avaliar, racionalizar e justificar desempenhos linguísticos na diferenciação dos corpos ou adequar certos recursos e usos linguísticos a certos corpos, as funções metapragmáticas de representações como

essas da personagem Adelaide tornam coerentes e duráveis hierarquias linguísticas e corporais. Longe de se tratar de “preconceito linguístico”, o que vemos aqui é a articulação naturalizada de marcas de diferença corporal e de diferenciação linguística na produção de valores sedimentados nas interações linguísticas e, para ir adiante ao tema, de recursos linguísticos de subjetivação.

Avanços

Ao desenvolver essa análise apresentada, um repertório posicionado guiou meu percurso na forma do que considero como dois avanços principais já adotados pelo campo aplicado.

Primeiramente, um avanço central é o reconhecimento de que o conhecimento que deve ser produzido (no campo aplicado ou fora dele) precisa ser compreendido como conhecimento situado (Blommaert & Jie 2010; Moita Lopes 2006; Haraway 1988; Rajagopalan 2012) e, acrescento, situado em contexto pós-colonial (Grosfoguel 2007; Löwy 2000; Mignolo 2011). A noção de “conhecimento situado”, no sentido atribuído por Haraway (1988) em seu artigo seminal, exige uma doutrina de objetividade corporificada para projetos científicos críticos e paradoxais, ou seja, “conhecimentos parciais, localizáveis, críticos, sustentando a possibilidade de redes de conexões chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia” (Haraway 1988: 584). Essa corporificação do conhecimento, visto como produzido por corpos históricos em contextos localizáveis e parciais, se articula com o reconhecimento crítico das matrizes de poder que sustentam as produções de conhecimento no mundo contemporâneo. Como defende Mignolo (2011: 100):

O/A leitor/a pode pensar neste ponto, ‘Ah, entendi, você está falando de conhecimento situado’. Certamente eu estou, mas não de *situacionalidade* universal; antes, eu estou falando sobre *situacionalidade* dentro de uma matriz colonial de poder, e onde se está localizado dentro das coordenadas epistêmica e ontológica racial do conhecimento imperial. Dizer que o conhecimento é situado por si mesmo não nos leva muito longe. Equivale a dizer que “a realidade é construída”. Claro. Mas uma vez que derrotamos a reivindicação essencialista de que a realidade existe, o próximo e mais importante passo é perguntar como ela é cons-

De diferenças e hierarquias no quadro *Adelaide* ...

truída, por quem, por que, para que, e a que interesses serve construir a realidade da maneira A ou B? E o que essas construções estão dizendo para aqueles que são afetados pela construção da realidade sem ter a oportunidade de participar de tal construção?⁷

Quem somos nós que afirmamos produzir conhecimento no campo aplicado? Onde queremos chegar? Para quem e por que produzimos o conhecimento que nos propomos produzir? Essas e outras perguntas são consequências de um avanço do campo aplicado em termos de discussões éticas e políticas, especialmente sintetizados por Cavalcanti (2006: 249) como “a questão da alteridade na prática”, com suas implicações para a sensibilização ao contexto e ao compromisso político.

Segundo, a ideia, que defendo como consequência da análise do quadro *Adelaide*, foi guiada também pelo reconhecimento dos limites dos nossos modelos e teorias para produzir conhecimento, no campo aplicado e fora dele. Em um artigo sobre a construção disciplinar do objeto da Linguística, Agha (2007: 220) afirma:

Todos os modelos analíticos da linguagem são construtos-pontes neste sentido, construtos que conectam alguns aspectos identificáveis da linguagem com o domínio de assuntos humanos que possibilitam. Quantos desses modelos analíticos precisamos? Um ponto de vista sobre a formulação e o desenvolvimento de tais modelos – vistos agora como construtos-pontes no meu sentido – é que quanto mais modelos analíticos nós tivermos, mais amplo nosso alcance em compreender e estudar assuntos humanos diversos.⁸

7. “The reader may think at this point, ‘Oh, I see, you are talking about situated knowledge.’ Certainly I am, but not about ‘universal situatedness’; rather, I am talking about situatedness within the colonial matrix of power, and where you are located within the epistemic and ontological racial coordinates of imperial knowledge. To say that knowledge is situated in and of itself doesn’t take us too far. It amounts to saying that ‘reality is constructed.’ Sure. But once we have beaten the essentialist claim that reality exists, the next step and the most important one is to ask how is it constructed, by whom, why, what for, and whose interest does it serve if we construct reality in A or B manner? And what are these constructions saying to those who are affected by the construction of reality without having the opportunity to participate in such construction?”

8. “All analytical models of language are bridging constructs in this sense, constructs that connect some identifiable aspect of language to the domain of human affairs it enables. How many such analytical models do we need? One standpoint on the formulation and development of such models — viewed now as bridging constructs in my sense — is that the more such analytical models we have the wider our reach in understanding and studying diverse human affairs.” Ênfase no original.

Os modelos de estudos da linguagem atendem a aspectos de conexões específicas que a linguagem pode estabelecer com os assuntos humanos. Agha (2007) apresenta quatro tipos de conexões mais comuns: constituintes formais conectados a classificações semânticas e/ou culturais; atos enunciados conectados a referentes (reais ou performativos); características de discurso conectadas a identidades, status e relações sociais em todo tipo de esferas institucionalizadas; discursos conectados a formações sociais reconstituindo-as de forma a servir a interesses hierárquicos. Cada modelo apresenta sua potencialidade e seu limite para descrever e explicar o tipo de conexão da linguagem com a vida social a que se propõe. Os limites compulsórios das nossas construções metalinguísticas, aqueles que impossibilitam que consigamos abarcar todos aqueles tipos de conexões em um único modelo, leva a uma ambiguidade sobre a decisão de qual seria a melhor forma de resolver nossos desafios de pesquisa.

No entanto, essa ambiguidade pode se mostrar bastante produtiva na medida em que abre para a troca de ideias e a co-existência de diferentes modelos. E ainda mais, a ambiguidade tem permitido a exploração estratégica de *construtos-ponte* variados para identificar e analisar os processos e convenções envolvendo linguagem.

Essas limitações e ambiguidades obrigam a (ou pelo menos nos colocam diante da necessidade de) uma objetividade forte, no sentido de Harding (1993) aquela que, reconhecendo a parcialidade de qualquer enunciado, inclui pontos de vista múltiplos à avaliação da validade da pesquisa. Esse tipo de objetividade é, portanto, reflexiva, posicionada e crítica. Estamos impelidas/os a fazer perguntas às nossas pesquisas cujas respostas não são definitivas, mas relativas ao reconhecimento dessas limitações: temos as unidades de análise adequadas ao que perguntamos neste momento? Temos o método adequado para gerar dados neste contexto? Temos o conjunto adequado de instrumentos de análise para explorar melhor, de nossa posição de fala, os dados gerados?

Esses dois reconhecimentos, que considero aqui como avanços das pesquisas no campo aplicado (ou de uma parte delas que me interessa), levam à conclusão que é preciso adotar como percurso de análise um caminho que vai do *problema à escolha dos modelos de análise para o problema*, e nunca o contrário.

Conclusão: uma posição compartilhada

A análise leva à percepção de que a ordenação indexical de Adelaide e seu/sua interlocutor/a indicam que trajetórias textuais e situações comunicativas estão sempre articuladas com trajetórias corporais e corpos situados.

Essa pequena conclusão me leva de volta à proposta que me fiz de pensar sobre minha análise: como analisar, produzindo um conhecimento situado e relevante, as trajetórias textuais e situações comunicativas cuja historicidade condensada está invisível, ofuscada pela força naturalizadora no texto que a constrói, como é o caso evidente da personagem Adelaide?

A resposta que tenho é a que expressei como posição: a análise precisa se comprometer mais com o problema analisado do que com qualquer modelo epistemológico pré-dado, percorrer o caminho da linguagem no mundo para os modelos de análise da linguagem. Os tipos de conexão entre a linguagem e os assuntos humanos que o modelo de análise exclusivamente linguístico oferece, focado, por exemplo, na performance da Adelaide como “preconceito linguístico”, não dá conta da complexidade das situações comunicativas que ela performa e das relações textuais que ela estabelece. A condensação da história da representação do negro em geral, e da mulher negra em particular, que sua performance indicia só pode ser analisada expandindo as coisas que entendemos como linguagem e apostando na colaboração entre campos diferentes, ao invés de adotarmos os gestos extrativos, restritivos e exclusivistas das epistemologias linguísticas (Agha 2007). No caso que apresentei, o diálogo com os estudos sobre raça e gênero no Brasil foi central para a análise integrada das avaliações e projeções linguísticas indicadas pela personagem.

Quando o material selecionado é confrontado com a pergunta elaborada em função do problema, quanto menos nos comprometermos fielmente com modelos ou teorias específicas, mais seremos capazes de ficar atentas à “alternância, mistura e fusão de formas e seus efeitos na produção de sentidos para os falantes na situação focalizada” (Signorini 2002: 212) e aos aspectos projetados pelos avanços da pesquisa no campo aplicado – a questão da alteridade, o conhecimento situado e os limites contextualizados das nossas afirmações.

Isso não significa uma posição ingênua de que possamos (ou devamos) chegar a campo sem expectativas prévias, concepções ou pressupostos teóricos, nem a “falácia ocasionalista” de que cada situação é única e precisa de um conjunto novo e único de instrumentais analíticos (Duranti 2005). Quando defendo que nossas pesquisas no campo aplicado passem *da linguagem no mundo para a análise da linguagem*, o que enfatizo é a necessidade urgente de pararmos de manejar nossas pesquisas de maneira a encontrarmos aquilo que estamos procurando e passarmos a prestar mais atenção ao conjunto amplo que construiu e constrói os problemas contemporâneos com os quais temos que lidar em nossa prática de pesquisa reflexiva e situada. Nada que já não tenha sido feito por aquelas e aqueles que integram diversos aspectos da linguagem em suas análises, expandem a esfera de nossas atividades para o estudo da linguagem “conectado ao estudo dos quadros sociopolíticos que motivam projetos de minorização, dominação e exclusão das esferas de participação na sociedade civil”⁹ (Agha 2007: 230) e por fim “orientam suas pesquisas para aspectos linguísticos dos assuntos humanos e não em direção ao que acontece dentro dos departamentos ou das epistemologias disciplinares” (Agha 2007: 228).

Agradecimentos

Agradeço a Inês Signorini o convite a pensar sobre a pergunta que orienta este número especial. Agradeço a Paula de A. Silva, Daniel N. Silva, Claudio H. Pedrosa e Osmundo A. Pinho pelas contribuições durante a construção da análise do quadro da *Adelaide*, e agradeço especialmente às alunas e alunos que discutiram comigo as primeiras ideias sobre a *Adelaide* e seu contexto crítico.

Recebido em outubro de 2014
Aprovado em outubro de 2014
E-mail: joplazapinto@ufg.br

9. “[...] connected to the study of sociopolitical frameworks that motivate projects of minoritization, dominance, and exclusion from spheres of participation in civil society.”

Referências bibliográficas

- AGHA, Asif. 2007. The Object Called “Language” and the Subject of Linguistics. *Journal of English Linguistics* 35:217-235.
- ANZALDÚA, Gloria. 1999. *Borderlands/ La Frontera*. 2ª ed. San Francisco: Aunt Lute Books.
- BEAN, Annemarie; HATCH, James V.; MCNAMARA, Brooks. 1996. Ed. *Inside the minstrel mask. Readings in nineteenth-century blackface minstrelsy*. Hanover: Wesleyan University Press.
- BLOMMAERT, Jan. 2008. Contexto é/como crítica. In: Inês Signorini. Org. *Situar a linguagem*. São Paulo: Parábola.
- _____; JIE, Dong. 2010. *Ethnographic Fieldwork: A Beginner’s Guide*. Bristol: Multilingual Matters.
- BOURDIEU, Pierre. 1979. *La distinction*. Paris: Editions de Minuit.
- BRAH, Avtar. 2006. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu* 26:329-376.
- _____; PHOENIX, Ann. 2004. Ain’t I a Woman? Revisiting Intersectionality. *Journal of International Women’s Studies* 5(3):75-86.
- CAMERON, Deborah et al. 1992. *Researching language. Issues of power and method*. London: Routledge.
- _____. 1993. Ethics, advocacy and empowerment: issues of method in researching language. *Language and communication* 13(2):81-94.
- CASTILHO, Suely D. de. 2004. A Representação do Negro na Literatura Brasileira: Novas Perspectivas. *Olhar de professor* 7(1):103-113.
- CAVALCANTI, Marilda C. 2006. Um olhar metateórico e metametodológico em pesquisa em linguística aplicada: implicações éticas e políticas. In: Luiz Paulo da Moita Lopes. Org. *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial.
- CORRÊA, Mariza. 1996. Sobre a invenção da mulata. *Cadernos Pagu* 6/7:35-50.
- D’ADESKY, Jacques. 2006. *Anti-racismo, liberdade e reconhecimento*. Rio de Janeiro: Daut.
- DAHIA, Sandra L. de M. 2008. A mediação do riso na expressão e consolidação do racismo no Brasil. *Sociedade e Estado* 23(3):697-720.
- DEGRAFF, Michel. 2005. Linguists’ most dangerous myth: The fallacy of Creole Exceptionalism. *Language in Society* 34(4):533-559.
- DURANTI, Alessandro. 2005. On theories and models. *Discourse Studies* 7(4-5):409-429.
- ERRINGTON, Joseph. 2001. Colonial Linguistics. *Annual Review of Anthropology* 30:19-39.

- FOUCAULT, Michel. 1979. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- GONZALES, Lélia. 1984. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, [s.n.]:223-244.
- GROSGOUEL, Ramón. 2007. The epistemic decolonial turn: beyond political-economy paradigms. *Cultural studies* 21(2-3):211-223.
- HARAWAY, Donna. 1988. Situated Knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies* 14:575-599.
- HARDING, Sandra. 1987. *Feminism and methodology*. Bloomington: Indiana University Press.
- _____. 1993. Rethinking Standpoint Epistemology: What is “Strong objectivity?”. In Linda Alcoff & Elisabeth Potter. (Ed.). *Feminist Epistemologies*. New York, Routledge.
- HARRIS, Roy. 1981. *The language myth*. London: Duckworth.
- LAJOLO, Marisa. 1999. A figura do negro em Monteiro Lobato. In Eliane M. Teixeira Lopes & Maria Cristina Soares de Gouvêa. Ed. *Lendo e escrevendo Lobato*. Belo Horizonte: Autêntica.
- LÖWY, Ilana. 2000. Universalidade da ciência e conhecimentos “situados”. Trad.: José Valter Arcanjo da Ponte. *Cadernos Pagu* 15:15-38.
- MAKONI, Sinfree; PENNYCOOK, Alastair. 2007. *Disinventing and reconstituting languages*. Clevedon: Multilingual Matters.
- MIGNOLO, Walter. 2003. *Histórias locais / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Trad.: Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- _____. 2011. *The Darker Side of Western Modernity*. Global Futures, Decolonial Options. New York: Duke University Press.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Org. 2006. *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial.
- PINHO, Osmundo. 2004. O efeito do sexo: políticas de raça, gênero e miscigenação. *Cadernos Pagu* 23:89-119.
- _____. 2006. A integração subordinada: raça e gênero, corpo e consumo na periferia do Rio de Janeiro. In *Anais do 7º Seminário Internacional Fazendo Gênero 7*, Florianópolis: UFSC.
- PINTO, Joana Plaza. 2007. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. *D.E.L.T.A.* 23(1):1-26.
- _____. 2008. Práticas contra-disciplinares na produção do conhecimento lingüístico. In José Sueli de Magalhães & Luiz Carlos Travaglia. (Org.). *Múltiplas perspectivas em Lingüística*. Uberlândia, MG: Edufu.

- _____. 2009. O corpo de uma teoria: marcos contemporâneos sobre os atos de fala. *Cadernos Pagu* 33:117-138.
- _____. 2011. Da língua-objeto à práxis linguística: desarticulações e rearticulações contra hegemônicas. *Linguagem em Foco* 2:69-83.
- _____. 2012. Modernidade e diferença colonial nos discursos hegemônicos sobre língua no Brasil. *Muitas Vozes* 1(1):171-180.
- _____. No prelo. Trajectories of the black female body in Brazil: circulations of racist and antiracist representations on a TV show. *Pragmatics & Society* [2015].
- PISCITELLI, Adriana. 2008. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiência de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura* 11(2):263-274.
- POVINELLI, Elizabeth. 2006. Intimate Grammars: anthropological and psychoanalytic accounts of language, gender, and desire. In Christine Jourdan & Kevin Tuite. Org. *Language, culture, and society: key topics in linguistic anthropology*. Cambridge: University Press.
- PRATT, Mary Louise. 2013. Utopias linguísticas. *Trabalhos em Linguística Aplicada*. 52(2):437-459.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. 2012. Performativity and the claims of scientificity of Modern Linguistics. *D.E.L.T.A.* 28(1):85-103.
- SALES JR., Ronaldo. 2006. Democracia racial: o não-dito racista. *Tempo social* 18(2): 229-258.
- SIGNORINI, Inês. 2002. Por uma teoria da desregulamentação linguística. In: Marcos Bagno. Org. *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola.
- _____. 2008. Metapragmáticas da língua em uso: unidades e níveis de análise. In Inês Signorini. Org. *Situar a linguagem*. São Paulo: Parábola Editorial.
- _____. Org. 1998. *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado das Letras.
- SILVA, Fábio L. da & Kanavillil Rajagopalan. Org. 2004. *A linguística que nos faz falhar: investigação crítica*. São Paulo: Parábola Editorial.
- SILVERSTEIN, Michael. 1993. Metapragmatic discourse and metapragmatic function. In John A. Lucy. Org. *Reflexive language: reported speech and metapragmatics*. Cambridge: University Press.
- _____. 2003. Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life. *Language & Communication* 23:193-229.